



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT (Relatos de Produtos Técnicos ou Tecnológicos)

A INTERSETORIALIDADE COMO PILAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CASO DO RIO GRANDE DO NORTE

Maria Thereza de França Silva¹

Milena Nobre da Silva²

Saulo Medeiros Diniz³

Vassilissa Mendes Barbosa da Silva⁴

RESUMO

A intersectorialidade consolida-se como estratégia fundamental para efetivar as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. O artigo analisa a articulação intersectorial no Rio Grande do Norte (RN), com base em ações mapeadas em secretarias estaduais e instituições públicas de ensino que executam políticas voltadas à SAN no estado. Por meio de abordagem mista (qualitativa e quantitativa) e do envio de formulários às instituições públicas envolvidas com SAN no RN, o estudo identifica 102 iniciativas, categorizadas em cinco eixos: governança e articulação intersectorial, fomento à agricultura familiar, educação alimentar, equipamentos públicos e monitoramento e indicadores. Os resultados evidenciam avanços na coordenação institucional, com destaque para parcerias entre saúde, educação e agricultura, mas também revelam desafios como a fragilidade na avaliação de impactos e a baixa participação social. O artigo conclui que a consolidação da SAN no RN depende do fortalecimento de mecanismos de governança, da integração de políticas setoriais e da ampliação do controle social.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; intersectorialidade; políticas públicas; Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui um campo estratégico da política pública brasileira, pautado no reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como um direito social fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988 por meio do art. 6º, e regulamentado pela Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: therezafranca.san@gmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: Milena.nobre.706@ufrn.edu.br

³ Doutor em Contabilidade pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: saulodiniz@uern.br

⁴ Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: vassilissamendes@icloud.com



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No contexto contemporâneo, a formulação e execução de políticas de SAN torna-se imperativo, especialmente nos estados e municípios.

A complexidade da insegurança alimentar, marcada por múltiplas causas e impactos sociais, exige uma abordagem intersetorial capaz de articular diferentes áreas da gestão pública como saúde, educação, assistência social, agricultura e meio ambiente, para garantir respostas integradas e sustentáveis (Burlandy, 2009; Grisa & Schneider, 2015). A intersetorialidade, nesse sentido, deixa de ser apenas um princípio normativo para se constituir como estratégia concreta de ação pública, demandando cooperação institucional, coordenação federativa e mecanismos participativos (Lotta, 2010; Almeida & Sarti, 2021).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), no último trimestre de 2023, o estado contabilizou 167 mil pessoas em situação de insegurança alimentar grave e outras 261 mil em insegurança moderada. O Instituto classifica a insegurança moderada quando há necessidade de reduzir a quantidade ou qualidade da alimentação e pular refeições por falta de alimentos; já a insegurança grave ocorre quando as pessoas chegam a ficar um dia ou mais sem comer, atingindo inclusive crianças (Tribuna do Norte, 2024).

Paralelamente, de acordo com o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no ano de 2025, o RN apresenta o segundo maior índice de obesidade adulta entre todas as unidades da federação, 36,89% da população possui algum grau de obesidade, superando a média nacional de 31%, segundo o Atlas Mundial da Obesidade. Ou seja, apenas 26.87% das pessoas no estado possuem o peso considerado adequado.

Este artigo tem como objetivo analisar como a intersetorialidade tem sido mobilizada como estratégia de governança da política de SAN no Rio Grande do Norte, a partir da análise das ações mapeadas das secretarias envolvidas com SAN no governo do Estado. E de forma específica: Mapear as ações e programas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, identificando os órgãos e instituições envolvidos; classificar essas iniciativas segundo eixos temáticos – governança e articulação intersetorial, fomento à agricultura familiar e compras públicas, educação alimentar e nutricional, equipamentos públicos de SAN e monitoramento e indicadores; e identificar desafios e fragilidades na implementação da intersetorialidade na política de SAN do RN.

Dessa forma, busca-se compreender os avanços, limitações e potencialidades da atuação intersetorial no enfrentamento da insegurança alimentar em nível estadual. Parte-se do



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

entendimento de que políticas públicas são arenas de disputa e cooperação entre diferentes atores e instituições (Bourdieu, 2007; Souza, 2006), sendo a intersetorialidade um vetor estratégico para aumentar a eficácia, a legitimidade e o alcance das ações do Estado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O conceito de segurança alimentar e nutricional vai além da simples ausência de fome, pois envolve a garantia de que todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico e econômico a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, sem que isso comprometa o atendimento de outras necessidades essenciais. Além disso, abrange o respeito à cultura alimentar, a promoção da saúde e a sustentabilidade ambiental, econômica e social (MDS, 2013).

Frequentemente, as ações de segurança alimentar assumem caráter assistencialista ou emergencial, permanecendo dependentes da vontade política momentânea e sem se integrar ao ciclo regular das políticas públicas. Como consequência, torna-se difícil criar estruturas permanentes, como conselhos ativos, legislação local, orçamento fixo e equipes técnicas estáveis (Burity *et al.* 2010).

O direito à alimentação se estrutura em quatro dimensões interdependentes: disponibilidade, acessibilidade, adequação e sustentabilidade. A primeira refere-se à existência de alimentos em quantidade suficiente; a segunda, à capacidade econômica e física de acesso; a terceira, à qualidade nutricional, sanitária e cultural; e a quarta, à garantia de continuidade do direito, em harmonia com o meio ambiente e a justiça social (Keppler, 2014). Essas diretrizes orientam as políticas de segurança alimentar e nutricional, promovendo o pleno exercício da cidadania.

A intersetorialidade, enquanto princípio orientador das políticas de SAN, é essencial para articular diferentes setores governamentais e não governamentais, permitindo respostas mais abrangentes e eficazes às múltiplas dimensões da insegurança alimentar. Esposte, Sousa e Barbosa (2023) apontam que, embora prevista na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a intersetorialidade enfrenta desafios práticos relacionados à baixa integração entre políticas, déficit de recursos e fragilidades institucionais.

2.2 CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Historicamente, a noção de SAN no Brasil foi marcada por avanços e retrocessos, desde as primeiras políticas de abastecimento no século XX até a consolidação de um sistema



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

normativo que reconhece a alimentação como direito fundamental (Belik, 2003; Burity *et al.*, 2010). A reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003 e a criação do SISAN representam marcos importantes para institucionalizar a participação social e a governança compartilhada.

A região Nordeste do Brasil enfrenta vulnerabilidades históricas e estruturais que comprometem seu desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida da população, marcada por elevados índices de pobreza e extrema pobreza, quase metade da pobreza nacional concentra-se nessa região (Fecon, 2020).

Além disso, profundas desigualdades territoriais, resultantes de fatores históricos, geográficos e hidrológicos, intensificam disparidades entre áreas urbanas e rurais (Politize; Núcleo do conhecimento, 2023). Entre os desafios mais críticos destacam-se a seca e a insegurança hídrica, agravadas pelas mudanças climáticas e pela desertificação, que comprometem a produção de alimentos, a saúde e a sustentabilidade local (Sintaemsp, 2024; Ambientech, 2023).

No âmbito estadual, a Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), criada em 1999, inicialmente concentrou atribuições relacionadas às políticas de trabalho, habitação e assistência social, reunindo competências antes dispersas em outras estruturas administrativas (Decreto nº 14.724 de 1999 e Lei Complementar nº 163 de 1999). Com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006, a secretaria passou a incorporar também ações voltadas à segurança alimentar e nutricional, tornando-se o principal órgão responsável pela implementação dessas políticas no estado.

Contudo, a ausência de um Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN) consolidado no RN evidencia uma lacuna institucional, que compromete a estruturação dessa política. Embora o Decreto nº 32.887/2023 tenha instituído a CAISAN-RN com a atribuição de elaborar o plano, o documento ainda se encontra em fase de elaboração.

Por fim, a intersetorialidade na SAN deve ser compreendida como estratégia de gestão e também como instrumento de transformação social. Burity *et al.* (2010) ressaltam que sua efetividade requer mecanismos de governança capazes de integrar informações, planejar ações conjuntas e monitorar resultados de forma participativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo-analítico, de natureza aplicada, desenvolvido a partir do método misto (qualitativo e quantitativo) e tendo como estratégia o estudo de caso, voltado à análise da intersectorialidade como pilar da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Rio Grande do Norte. As unidades de análise compreenderam as secretarias e instituições públicas do RN, assim como os programas, projetos e ações por eles executados, bem como os instrumentos de planejamento e normatização relacionados à temática.

A amostra contemplou os 19 órgãos estaduais com ações de SAN identificados a partir da análise documental, que incluiu o exame dos Diagnósticos Territoriais e Identidade Rural (CONSEA, 2017) e tabelas consolidadas pela CAISAN (2024), preenchidas pelos próprios órgãos, bem como dos planos, relatórios e legislações disponíveis nos sites oficiais do governo estadual.

Complementarmente, foi aplicado um formulário eletrônico por meio da plataforma Google Forms, encaminhado aos representantes dos 19 órgãos estaduais com atuação em SAN. O questionário buscou capturar informações acerca das ações, programas, projetos, público-alvo, eixos temáticos e articulações intersectoriais desenvolvidas, através de 15 a 20 questões abertas, o número de questões variou dependendo da instituição consultada.

Obtiveram-se 17 respostas: quatro coordenações da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS); Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA); Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP); Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC); Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE); Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH); Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (SEDRAF); Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte (CEASA); Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

O quantitativo de respostas representa uma taxa de retorno de 81,25%. Para reduzir perdas e aprofundar informações, foram também realizadas visitas presenciais a alguns órgãos, com o objetivo de estimular a adesão dos respondentes.

Além disso, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica em fontes acadêmicas e governamentais, com ênfase em produções que abordam a segurança alimentar e nutricional, a intersetorialidade e as políticas públicas relacionadas, tomando como referência autores clássicos e documentos oficiais disponíveis em portais institucionais, conforme orienta autores como Gil (2008).

A análise dos dados foi conduzida por meio da análise temática, metodologia recomendada por Braun e Clarke (2006), que busca identificar padrões, tensões e recorrências nas falas. A partir disso, foram construídas cinco categorias empíricas: governança intersetorial, fomento à agricultura familiar, educação alimentar, equipamentos públicos e monitoramento e indicadores.

Em síntese, todos os procedimentos respeitaram os princípios éticos garantindo a anonimização das informações individuais, o consentimento dos respondentes e o tratamento adequado dos dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além disso, foram consideradas as limitações decorrentes da não resposta de três órgãos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO

4.2 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA INTERSETORIALIDADE NO RN

A Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) emerge como o órgão central na coordenação e execução das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) conforme o Decreto N° 33.621/2024. Sua atuação abrange diversas coordenações internas, que se desdobram em ações específicas para garantir o acesso à alimentação adequada e promover a inclusão social. A imagem 1 apresenta as coordenações que possuem iniciativas de SAN no RN.

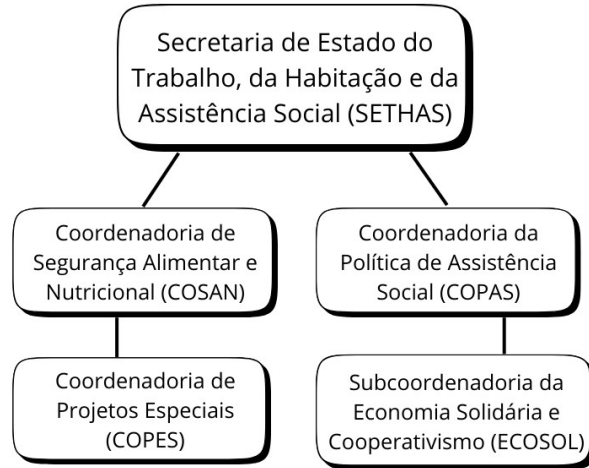
Imagem 1 - Coordenações que possuem ações voltadas a SAN e que responderam ao questionário.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025



Fonte: Elaboração própria com dados do decreto nº 33.621/2024.

Complementarmente à atuação das secretarias, o funcionamento dos conselhos como o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) instituídos por meio do Decreto Estadual nº 32.887 de 2023, é vital para a governança da política de SAN no Rio Grande do Norte. O CONSEA, como espaço de participação social, permite a representação da sociedade civil no processo decisório, contribuindo para a formulação e o controle social das políticas.

A CAISAN, por sua vez, atua como um fórum de articulação intersetorial entre os diversos órgãos governamentais envolvidos com a SAN, promovendo a troca de informações, a coordenação de ações e a integração de programas e projetos. A efetividade desses conselhos é fundamental para garantir a transparência, a legitimidade e a capacidade de resposta das políticas de SAN às demandas dos territórios mais vulnerabilizados, reforçando a abordagem colaborativa e integrada necessária para o enfrentamento da insegurança alimentar.

4.3. EIXOS DE ATUAÇÃO E QUANTITATIVOS

A análise de 17 questionários identificou 102 iniciativas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), organizadas em cinco eixos temáticos. O mais expressivo foi Governança e Articulação Intersetorial (32 ações), com destaque para a coordenação entre secretarias, participação em conselhos e integração de informações.

Em segundo lugar, Fomento à Agricultura Familiar e Compras Públicas (24 ações) foca no apoio à produção local e nas compras institucionais. Monitoramento e Indicadores de SAN (22 ações) evidencia o uso de sistemas como SISVAN e TRIA para gestão e avaliação. Educação Alimentar e Nutricional (18 ações) envolve capacitações, campanhas e promoção de hábitos saudáveis. Por fim, Equipamentos Públicos de SAN (6 ações) abrangem Restaurantes



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, mas enfrentam limitações estruturais e orçamentárias.

Quadro 1 - Eixos de atuação e quantitativos das iniciativas de SAN

Eixo Temático	Descrição	Nº de ações	Observações
Governança e Articulação Intersetorial	Coordenação entre secretarias; participação em conselhos (CONSEA, CAISAN); troca de informações.	32	Eixo mais expressivo; foco em articulação institucional.
Fomento à Agricultura Familiar e Compras Públicas	Apoio à produção local; compras institucionais (ex.: merenda escolar); valorização de feiras; logística e comercialização.	24	Incentiva desenvolvimento rural e soberania alimentar.
Educação Alimentar e Nutricional	Capacitação de profissionais; campanhas; ações em escolas e comunidades; promoção de hábitos saudáveis.	18	Integra educação e cultura alimentar local.
Equipamentos Públicos de SAN	Infraestrutura e serviços como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos.	6	Campo estratégico, mas limitado por recursos e operação.
Monitoramento e Indicadores de SAN	Uso de sistemas como SISVAN e TRIA; coleta de dados sobre beneficiários e alimentos distribuídos.	22	Ferramentas para planejamento, avaliação e ajustes.

Fonte: Elaboração Própria com dados da COEPI, 2025.

A distribuição das iniciativas evidencia que a Governança e Articulação Intersetorial concentra o maior número de ações, refletindo o esforço institucional em fortalecer a coordenação e o diálogo entre setores. Em seguida, o Fomento à Agricultura Familiar e Compras Públicas confirma a prioridade dada ao fortalecimento da produção local e à integração entre oferta e demanda por meio de políticas de compras institucionais. Já o Monitoramento e Indicadores de SAN apresenta papel estratégico no acompanhamento e na reorientação das políticas, enquanto a Educação Alimentar e Nutricional destaca a importância da formação e da conscientização da população para hábitos alimentares saudáveis.

Por outro lado, o baixo número de iniciativas em Equipamentos Públicos de SAN aponta para um campo de atuação possivelmente limitado por barreiras orçamentárias e de gestão, mas que permanece essencial para garantir o acesso direto à alimentação. Essa distribuição revela



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

tanto as prioridades atuais quanto os desafios a serem enfrentados para uma política de Segurança Alimentar e Nutricional mais abrangente e equilibrada.

4.4. EXEMPLOS DE PRÁTICAS INTERSETORIAIS IDENTIFICADAS

O portfólio de ações e programas de SAN no RN, apresenta uma síntese dos principais programas e iniciativas executadas. A SETHAS aparece como principal articuladora, com programas estruturantes como Restaurantes Populares e Programa do Leite. Outros órgãos como IDEMA, SESAP, SEEC e EMATER também se destacam por ações voltadas à sustentabilidade ambiental, hortas escolares, promoção da alimentação saudável e incentivo à agricultura familiar. Além disso, instituições como a UFRN e a UERN contribuem com extensão universitária, campanhas educativas e parcerias institucionais voltadas à SAN.

Quadro 2 - Síntese do portfólio de programas e ações desenvolvidos no RN em SAN.

ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO	PROGRAMAS/AÇÕES
SETHAS (Cosan, Copas, Copes e Ecosol)	Restaurantes Populares, Programa do Leite, PECAFES, quintais produtivos, hortas urbanas e periurbanas, educação alimentar. Feiras, mercados de economia solidária, crédito rural, parceria com SEDRAF para agricultura familiar.
IDEMA	Hortas, feiras, monitoramento de praias, água e vegetação, parcerias interinstitucionais, educação ambiental.
SESAP	Promoção da alimentação saudável nas escolas, indicadores nutricionais, articulação intersetorial.
SEEC	Hortas escolares, alimentação escolar, campanhas de alimentação saudável, parceria com UFRN e SESAP (PSE).
SAPE	Banco de sementes, apoio a pescadores e pequenos produtores, parceria com Defesa Civil, conselhos e governança rural.
SEMARH	Ações contra desertificação, dessalinizadores, barragens, educação ambiental, governança interinstitucional.
SEPLAN	Monitoramento orçamentário das ações de SAN e avaliação do PPA.
SEDRAF	Programa Estadual de Sementes Crioulas, Assistência Técnica e Extensão Rural e Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES).
EMATER	Fomento à produção agroecológica, sementes crioulas, programas de aquisição, hortaliças, assistência técnica.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

CONAB	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vendas em balcão, doações, indicadores e parcerias intergovernamentais.
CEASA	Distribuição de hortifrutis, reaproveitamento de alimentos e Cesta Solidária para famílias e instituições vulneráveis
CAERN	Educação ambiental, feira de orgânicos, saneamento básico, participação em comitês intersetoriais.
UFRN	Extensão em agroecologia, hortas escolares/comunitárias, capacitação em SAN, campanhas contra desperdício.
UERN	Fornecimento de auxílio alimentação para estudantes, Parcerias com a CONAB para aquisição de alimentos e com a SETHAS para o Restaurante Popular.

Fonte: Elaboração própria com dados da COEPI, 2025.

O Programa Saúde na Escola (PSE) articula educação e saúde para promover alimentação saudável e monitorar o estado nutricional dos estudantes. A integração dos Restaurantes Populares com a agricultura familiar, via Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES), fortalece a economia rural e garante refeições acessíveis e adequadas. Já as parcerias com UFRN e UERN ampliam o suporte técnico-científico, aproximando a academia da gestão pública.

Essas três experiências revelam que a intersetorialidade, quando institucionalizada, potencializa resultados, otimiza recursos e amplia a legitimidade das políticas públicas. No caso da SAN no RN, a articulação entre setores e atores diversos reforça a capacidade estatal de responder de forma abrangente às causas estruturais da insegurança alimentar, em consonância com a perspectiva de que políticas eficazes exigem ação coordenada e governança colaborativa (Arretche, 2010; Souza, 2006).

4.5 DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA INTERSETORIALIDADE NO RN

As respostas apresentadas pelos órgãos estaduais mostram fragilidades importantes. A presença de ações pontuais e fragmentadas, sem continuidade ou integração com outras políticas, foi identificada como um dos principais desafios à consolidação do SISAN no estado (COEPI, 2025). Além disso, a quase inexistência de mecanismos sistemáticos de avaliação,



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

bem como a falta de dados territorializados “...O Estado não possui indicadores próprios que monitorem a situação de insegurança alimentar da população”, dificulta o monitoramento dos resultados, elementos da gestão pública baseada em evidências (Souza, 2006; Almeida & Sarti, 2021).

A baixa participação dos conselhos (como o CONSEA e a CAISAN) em alguns programas também representa uma limitação à institucionalização da intersectorialidade, que pressupõe o envolvimento da sociedade civil no processo decisório. A fragilidade desses espaços participativos pode comprometer a transparência, a legitimidade e a efetividade das políticas, reduzindo sua capacidade de responder às demandas dos territórios mais vulnerabilizados (Burlandy, 2009; Brasil, 2006).

A pesquisa também apresenta oportunidades que podem ser mobilizadas para o fortalecimento do SISAAN no RN. Entre elas, destacam-se a possibilidade de ampliar as parcerias com instituições de ensino e pesquisa, como UFRN e UERN, que já desenvolvem ações relevantes de extensão, educação alimentar e desenvolvimento de tecnologias sociais “A UFRN desenvolve projetos que apoiam a agricultura familiar e a agroecologia [...] organiza feiras, promove campanhas de educação alimentar, combate ao desperdício e desenvolve tecnologias sociais”.

Assim, os resultados indicam que o estado do Rio Grande do Norte encontra-se em um estágio importante de construção de uma política intersectorial de SAN. A presença de ações articuladas, mesmo que ainda incipientes em alguns casos, aponta para uma trajetória institucional promissora. Entretanto, a consolidação de um sistema eficaz dependerá da superação das lacunas identificadas, especialmente no que se refere à avaliação, à coordenação intersectorial de longo prazo e à ampliação dos mecanismos de controle social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a mobilização da intersectorialidade como estratégia de governança da política de SAN no RN, revela-se um cenário de avanços na articulação entre diferentes setores e atores. Constata-se um esforço do estado em promover a coordenação institucional, evidenciado pelo mapeamento de diversas iniciativas e programas que integram secretarias estaduais e instituições de ensino.

Exemplos como o Programa Saúde na Escola (PSE), a integração dos Restaurantes Populares com a agricultura familiar, e as parcerias com universidades como a UFRN e a UERN, demonstram o potencial da intersectorialidade para otimizar recursos, ampliar o alcance



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

das políticas e fortalecer a capacidade estatal de responder às complexas demandas da insegurança alimentar no contexto potiguar.

Contudo, a pesquisa também aponta para desafios persistentes que exigem atenção para a consolidação plena da política de SAN no RN. A presença de ações pontuais e fragmentadas, a quase inexistência de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação, a baixa participação dos conselhos também representam fragilidades que podem comprometer a efetividade e a legitimidade das políticas.

Para superar essas lacunas, recomenda-se o fortalecimento dos mecanismos de governança, a formalização de fluxos de informação entre os órgãos, a adoção de indicadores específicos de insegurança alimentar e a ampliação dos espaços de controle social.

Ademais, esta pesquisa apresenta algumas limitações que precisam ser reconhecidas. Em primeiro lugar, a coleta de dados por meio de formulários eletrônicos, ainda que complementada por visitas presenciais, duas instituições com ações de SAN no estado não foram contempladas. Outro ponto refere-se à escassez de dados sistemáticos e territorializados sobre os impactos diretos das ações estaduais, o que restringiu a possibilidade de avaliar os resultados.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o recorte empírico para incluir municípios, conselhos locais e organizações da sociedade civil, de modo a captar como a articulação intersetorial se estrutura nos territórios; e aplicar metodologias de avaliação de impacto que permitam compreender não apenas a existência de iniciativas, mas também seus efeitos concretos sobre a redução da insegurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587–620, 2010.

ALMEIDA, C.; SARTI, F. M. (2021). **Intersetorialidade nas políticas públicas: entre a norma e a prática**. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(5), e00009820.

AMBIENTECH. **Mudanças climáticas e Segurança Hídrica no Nordeste**. 2023. Disponível em: <https://tratamentodeagua.com.br/artigo/mudancas-climaticas-seguranca-hidrica-nordeste/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BOURDIEU, P. (2007). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

BURLANDY, L. (2009). **A intersectorialidade como princípio estruturante da política nacional de segurança alimentar e nutricional.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3), 877-886.

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: Relatórios públicos – Estado nutricional.** Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/estadonutricional>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, Abingdon, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

COEPI (Coordenação de Estudos, Projetos e Inovação). (2025). **Portfólio de Ações e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional do RN – 2025.** Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUSA, Luísa Pedrada de; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. **A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146, n. 2, p. 1-19, 2023.

FECON. **Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2015). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: trajetória e perspectivas.** Porto Alegre: UFRGS Editora.

LOTTA, G. (2010). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática.** São Paulo: Editora Unesp.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

SOUZA, C. (2006). **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, 8(16), 20-45.

POLITIZE. **Sociedade e desigualdades no Nordeste: raízes históricas da região**. 2024 Disponível em: <https://www.politize.com.br/muitos-brasis/sociedade-e-desigualdades-no-nordeste/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NÚCLEO DO CONHECIMENTO. **Vulnerabilidades sociais presentes na região nordeste e seus impactos**. 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas-e-sociais/vulnerabilidades-sociais>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. **Base legal da SETHAS: Decreto nº 14.724/1999; Lei Complementar nº 163 de 1999; e Lei nº 9.937 de 2015**. Disponível em: <https://sl1nk.com/Zq2yI>. Acesso: 20 jul. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Estadual nº 32.887 de 2023**. Diário Oficial do Estado. Disponível em: <https://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12024-05-23.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Nº 33.621 de 2024**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Provimento em Comissão da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS). Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000332226.PDF>. Acesso em: 08 ago. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (CONSEA-RN). **Diagnóstico territorial: Território da Cidadania e Identidade Rural**. CONSEA-RN, 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte**. Natal: SETHAS; CONSEA/RN, 2024. 44 p.

RIO GRANDE DO NORTE. Câmara intersectorial de segurança alimentar e nutricional do Rio Grande do Norte. (CAISAN RN). **Planilha de coleta de dados para elaboração do I PESAN**. Natal, CAISAN, 2017.

SINTAEMASP. **Avanço da desertificação no Nordeste amplia risco de falta de água**. 2024. Disponível em: <https://sintaemasp.org.br/noticias/desertificacao-nordeste-falta-de-agua>. Acesso em: 8 jul. 2025.

TRIBUNA DO NORTE. **No RN, 428 mil convivem com falta de comida de forma moderada ou grave**. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/rio-grande-do-norte/no-rn-428-mil->



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

convivem-com-falta-de-comida-de-forma-moderada-ou-grave/?utm_source. Acesso em: 13 ago. 2024.

KEPPLER, Anne W. (Org.). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf. Acesso em: 02 jul. 2025.